

1 **Ata 09/2023** – No dia vinte e oito do mês de junho de dois mil e vinte e três, às oito
2 horas e quinze minutos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos
3 da Criança e do Adolescente (CMDCA), na Central dos Conselhos, sito à Rua Santo
4 Campagnolo, 1216, Vila Industrial, em **Reunião Ordinária**, contando com a presença
5 dos seguintes conselheiros/as GESTÃO 2021-2023: Rafael Vinicius Francisco
6 Franco, Diselda Soares da Cunha, Chirlei Echhardt, Maria Inês Borges Mânica, Sara
7 da Rosa da Cruz, Lineu Wutzke, Valéria Medeiros, Juliana Alves Máximo, Carla
8 Patrícia Radtke, Ivan Júnior Peron, Patrícia Fabiane Schnorenberger, Franza
9 Menegasso, Kaira Carla Sikora, Jennifer Thays Chagas Teixeira e Marcelo Andreas
10 Mendes. Registra-se também a presença de: Késsi Rudek (Conselho Tutelar I),
11 Tereseinha Sulivio (Conselho Tutelar I), Flávio Luis Gomes de Oliveira (Núcleo
12 Regional de Educação), Cinthia Regina Brun (SMAS), Alan Junior Julio (Conselho
13 Tutelar II), Cássio Dorfschmidt (Conselho Tutelar II), Rian Carvalho e Rikelme Dias. A
14 presidente Juliana faz a leitura da pauta aos presentes **PAUTA: a)** Deliberar sobre a
15 Ata nº 06/2023, Ata nº 07/2023 e Ata nº 08/2023; **b)** Deliberar sobre a solicitação de
16 renovação de inscrição de programas governamentais; **c)** Deliberar sobre a adesão à
17 Resolução nº 78/2022-CEDCAPR, Incentivo “Apoio a Promoção dos Direitos da
18 Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima”; **d)**
19 Relatos das Comissões de trabalho do CMDCA: - Comissão Técnica; - Comissão
20 Comunicação, Articulação e Divulgação; - Comissão de Orçamento e Fundo; -
21 Comissão de Ética; - Comissão Especial Organizadora do Processo de Escolha dos
22 Conselheiros Tutelares; - Comissão de Revisão da Lei e Regimento Interno; **e)**
23 Relatos dos representantes do CMDCA nas Comissões:- Comissão Intersetorial de
24 Convivência Familiar e Comunitária; - Comissão Intersetorial de Socioeducação; -
25 Comissão Bolsa Agente Cidadania; - Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal para
26 Acompanhamento e monitoramento do POM – Plano Operativo Municipal.
27 **INFORMES: a)** Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; **b)**
28 Chamamento Público nº 009/2023; **c)** Outros informes. A Sra. Heloísa pede inclusão
29 de Pauta: **f)** Deliberar pela alteração do representante da Aldeia Betesda. A Sra.
30 Cinthia solicita a inclusão de pauta da deliberação nº 04/2023, “Incentivo para a
31 Abordagem Social e Casas de Passagem, prioritariamente para indígenas e
32 comunidades tradicionais em trânsito no Estado do Paraná”. Ela explica que nesta
33 deliberação o público-alvo é crianças e adolescentes indígenas e de comunidades
34 tradicionais e Toledo ficou elegível porque através do Censo SUAS o Governo Federal
35 identificou o público atendido. Ela faz a leitura da deliberação: Art. 1º Aprovar o

36 Incentivo para Abordagem Social e Casas de Passagem destinadas ao atendimento
37 de crianças e adolescentes, acompanhadas de suas famílias, prioritariamente
38 indígenas e comunidades tradicionais em trânsito no Paraná, por meio da modalidade
39 de transferência automática Fundo a Fundo, com repasse de recursos aos municípios
40 pelo Fundo Estadual para Infância e Adolescência do Estado do Paraná aos Fundos
41 Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Art. 2º O recurso da presente
42 Deliberação deverá ser aplicado na oferta de aprimoramento do Serviço Especializado
43 em Abordagem Social e/ou do Serviço de Acolhimento Institucional em Casas de
44 Passagem que atendam crianças e adolescentes, acompanhadas de suas famílias,
45 prioritariamente indígenas e comunidades tradicionais em trânsito no Paraná. § 1º O
46 Serviço de Abordagem Social é caracterizado como Proteção Social Especial de
47 Média Complexidade destinado a busca ativa nos territórios; § 2º O Serviço de
48 Acolhimento Institucional é caracterizado como Proteção Social Especial de Alta
49 Complexidade destinado ao acolhimento provisório de famílias em trânsito que visa
50 garantir a proteção social Deliberação nº 04/2023 – CEDCA/PR – Dioe nº 11380 de
51 16/03/2023 com privacidade, respeito aos costumes, tradições e diversidades de
52 ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. Ela
53 diz que Toledo está elegível porque tem os dois serviços implantados, apresenta a
54 definição do que são comunidades tradicionais e diz que em Toledo, além das
55 comunidades indígenas, a comunidade cigana. Ela diz que a abordagem social é
56 realizada pelo CREAS II, e o serviço da casa de passagem é exclusivo para pessoas
57 em situação de rua, ou em trânsito, diz que tem um plano de ação pra ajudar essas
58 pessoas para que possam sair o mais breve possível. Ela explica que o recurso
59 repassado será de R\$60.000,00 por casa de passagem para cada município e um
60 valo adicional de R\$111.428,00 para os locais que atenderam povos tradicionais
61 conforme o Senso SUAS 2021, portanto o valor total de R\$R\$ 171.428,00. As
62 despesas: Art. 10 Os recursos financeiros tratados nesta Deliberação, poderão ser
63 utilizados para custeio e investimento, desde que atendam os critérios abaixo
64 estabelecidos: I - Custeio – Material de consumo e Serviço de terceiros Pessoa
65 Jurídica e Pessoa Física; II – Investimento. Parágrafo único: Para aquisição de
66 veículo, o município deverá atender os seguintes critérios: 4 Deliberação nº 04/2023
67 – CEDCA/PR – Dioe nº 11380 de 16/03/2023 a) A aquisição de veículo deverá atender
68 exclusivamente o Serviço de Abordagem Social, visando a intensificação na busca
69 ativa de famílias, crianças e adolescentes indígenas, bem como, comunidades
70 tradicionais em trânsito; b) O município deverá expedir um ofício em que demonstra a

71 real necessidade da aquisição do veículo, bem como, compromete-se a utilizar o
72 mesmo exclusivamente para o Serviço de Abordagem Social; c) O pleito deverá ser
73 aprovado pelo CMDCA, anexando a resolução publicada e o ofício na aba Conselho
74 no SIFF, no momento da adesão. Art. 11 A aplicação dos recursos desta Deliberação
75 poderá ser efetivado por execução direta ou por meio de parceria com Organizações
76 da Sociedade Civil – OSC desde que respeitadas as prerrogativas do Marco
77 Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Leis Federais nº 13.019/2014 e
78 13.204/2015. Art. 12 São vedadas as seguintes despesas: I - recursos humanos; II -
79 despesas com publicidade, salvo em caráter educativo, informativo ou de orientação
80 que estejam diretamente vinculada ao objeto de transferência e das quais não
81 constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de autoridades ou
82 servidores públicos; III - obras e reformas. Ela diz que a proposta de plano de ação,
83 com referência dos números de atendimento do ano anterior, ela diz que na casa de
84 passagem houveram 7 acolhimento de criança, 4 de adolescentes e 4 de famílias, que
85 as crianças são acolhidas em casas abrigo apenas quando estão em desproteção
86 social da família, que é preciso se afastar da família, que na casa de passagem elas
87 foram acolhidas com a família, que devido a situação econômica da família, naquele
88 momento só faltava um teto, ela diz que neste ano já houveram muito mais, pelo
89 menos 20 crianças. A Sra. Juliana relata que esta semana foi acolhida uma família
90 que entre crianças e adolescentes haviam 9, e dois adultos. Ela diz que nas casas de
91 passagem o número de atendimento a indígenas e comunidades tradicionais não é
92 tão alto, mas da abordagem social é um número elevado, crianças e adolescentes
93 geral (sem ser comunidade tradicional): 16 crianças, 14 adolescentes e 17 adultos; e
94 indígenas 30 crianças e 20 adultos, comunidades tradicionais (ciganos): crianças 9,
95 adultos 6. Ela diz que a proposta de plano de ação é utilizar os R\$60.000,00 na casa
96 de passagem para aquisição de computadores e outros equipamentos e, observaram
97 que hoje a casa de passagem não está preparada para receber crianças, por isso
98 querem colocar um playground, mesa com livros, brinquedos, pensando em fazer um
99 espaço para atendê-los, e os R\$111.428,00 tem a referência de ser pelo serviço de
100 abordagem ter atendido indígenas e ciganos, por isso pensam em aplicar com esse
101 serviço, pensaram no veículo, o Sr. Jean sugere que seja uma SPIN de sete lugares
102 por questão de ser mais espaçoso e mais útil para o serviço. A Sra. Cíntia diz que
103 outra necessidade é um tablet, para que possa ser feito o cadastro único e outros
104 agendamentos na hora, e, se sobrar, computadores para a equipe desse serviço. Ela
105 diz que tem a prestação de contas, mas é um procedimento padrão via SIFF, com a

106 aprovação pelo CMDCA. A Sra. Juliana complementa da importância de um veículo
107 para o serviço de abordagem social. Ela diz que atualmente 90% do serviço é
108 executado no local de referência, CREAS II, os usuários procuram o atendimento lá,
109 mas a característica é de ser um serviço de rua e é preciso desburocratizar. A Sra.
110 Juliana coloca em deliberação pela adesão à deliberação, é **aprovada** e em relação
111 ao Plano de Ação, o Sr. Ivan pede que seja incluído um valor para um veículo maior,
112 que vai contribuir mais com o serviço e seja alterado o valor para o veículo, então o
113 plano de ação é **aprovado** com esse adendo de alterar para um veículo maior. **Item**
114 **de Pauta B - Deliberar sobre a solicitação de renovação de inscrição de**
115 **programas governamentais:** a Sra. Kaira diz que aproveita para fazer o relato da
116 Comissão Técnica, ela diz que houve uma solicitação de um equipamento GOV –
117 CREAS II, de renovação de programas, o Programa de Medida Socioeducativa e o
118 programa de Proteção PAEFI, ela diz que foi solicitado mais documentação do PAEFI
119 portanto hoje será deliberado apenas o Programa de Medida Socioeducativa, a Sra.
120 presidente coloca em deliberação e a renovação é **aprovada**. **Item de Pauta C -**
121 **Deliberar sobre a adesão à Resolução nº 78/2022-CEDCAPR, Incentivo “Apoio a**
122 **Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a**
123 **produtos de Higiene Íntima”:** A Sra. Jennifer diz que a deliberação é de 2022 mas
124 que chegou apenas mês passado, então reuniram-se com as políticas de assistência
125 social e de saúde, para estabelecer como poderiam fazer essa adesão pelo município,
126 ela explica que a deliberação é para incentivo a dignidade menstrual e que o objetivo
127 é basicamente: Art. 1º Pela aprovação do repasse de recursos no formato fundo a
128 fundo, como cofinanciamento complementar, ao Incentivo “Apoio a Promoção dos
129 Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene
130 Íntima”. Art. 2º Os recursos previstos na presente Deliberação serão como incentivo
131 aos municípios para desenvolverem as seguintes linhas de ação: I - Ofertar, de
132 maneira complementar, as crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade
133 social que enfrentam dificuldades de acessar, produtos de higiene íntima como
134 fraldas, absorventes e congêneres, bem como produtos higiênicos complementares.
135 § 1º O recurso é complementar aos recursos existentes, portanto não poderá ser
136 utilizado para a mesma finalidade. O município tem como responsabilidade priorizar
137 as crianças e adolescentes que não são atendidas por outras políticas; § 2º A
138 utilização de produtos sustentáveis e reutilizáveis ao invés de descartáveis são
139 preferíveis, tais como: fraldas, coletores, calcinhas absorventes e absorventes
140 reutilizáveis; § 3º Em relação a absorventes ou congêneres relacionados à

141 menstruação, quando a mãe ou responsável pela criança/ adolescente estiver em
142 idade reprodutiva o atendimento poderá ser ampliada à mesma, para não ocorrer
143 “concorrência” pelo produto, o que impactará. Ela diz que esse debate não é tão
144 recente mas que se aprofundou depois da pandemia, principalmente de crianças e
145 adolescentes sem acessos a banheiro em casa e isso impacta a vida deles de vários
146 aspectos, entre eles a frequência escolar e tem a proposta de um trabalho conjunto
147 entre a SMDH, a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Saúde, o valor é
148 de R\$50.000,00 e é um valor pontual para aquisição desses produtos, a proposta é
149 que a política de saúde oferecia oficinas relacionadas a autocuidado, saúde da
150 mulher, sexualidade e trabalharia com grupos assim como acontece com o programa
151 saúde na escola, mas trabalharia com o público que a assistência social vai indicar,
152 as adolescentes que são atendidas, podem ser atendidas outras mulheres que moram
153 na casa para que não haja concorrência, além disso será entregue para as
154 adolescentes que frequentam só serviços de convivência, os Centros da Juventude e
155 em Novo Sarandi onde há uma vulnerabilidade social maior verificada por outras
156 questões. Ela diz que a política de juventude ficará responsável por entregar os kits e
157 também a participação destas adolescentes nas oficinas. Ela diz que a proposta é
158 montar os kits para serem entregues, os cálculos indicam que seria R\$60,00 por kit, e
159 seria em torno de 800 kits, neste kit contém absorvente diurno e noturno, xampu,
160 condicionador, sabonete neutro, escova de dentes, creme dental e desodorante. Ela
161 diz que como a proposta é que seja um projeto pra esclarecimento do autocuidado e
162 que isso faz parte de tonar-se adolescente, ela mostra um kit de Umuarama, com uma
163 necessaire e dentro os produtos exceto o absorvente porque será entregue numa
164 quantidade para três meses e também para ser mais discreto será entregue numa
165 sacolinha. Ela apresenta a tela do SIFF para os conselheiros, explica que o município
166 não precisa entrar com contrapartida, mas vai acabar entrando com a contrapartida
167 das oficinas, com recursos humanos. Ela diz que esse seria o pontapé inicial para
168 cumprir a lei de pobreza menstrual de 2021 e que a deliberação pede que se dê
169 preferência para coletores ou calcinhas absorventes por sustentabilidade, mas que é
170 preciso começar do início, que esse tipo de material exige uma questão cuidadosa
171 com a questão de esterilização e conhecendo a realidade é melhor começar pelo
172 básico. O Sr. Jean pergunta a Sra. Jennifer com relação a esta questão de pessoas
173 que menstruam se existe uma equipe especializada a atender pessoas trans, ela diz
174 que essa observação precisa ser feita pela equipe de saúde que atende a região ou
175 no serviço de convivência, mas que hoje não tem conhecimento sobre uma equipe

176 especializada nisso, e a Sra. Juliana diz que existe uma equipe do PAEFI que atende
177 mulheres em situação de violência e os grupos LGBTQIAPN+, porém, adultos quando
178 em situação de violência, mas os conselheiros entendem que é algo importante e que
179 esses adolescentes precisam ser acolhidos. A Sra. Jennifer diz que é preciso
180 capacitar as equipes. A Sra. presidente coloca em deliberação e a adesão é
181 **aprovada**. A Sra. Juliana coloca em deliberação o plano de ação e é **aprovado**. **Item**
182 **de Pauta F - Deliberar pela alteração do representante da Aldeia Betesda:** A Sra.
183 Heloísa relata que foi recebido um ofício da Aldeia Betesda, pedindo alteração do
184 representante titular para José Augusto Ricci, a Sra. Juliana coloca em deliberação e
185 é **aprovado**. **Item de Pauta D - Relatos das Comissões de trabalho do CMDCA: -**
186 **Comissão Técnica:** Já foi realizado o relato; - **Comissão Comunicação,**
187 **Articulação e Divulgação:** Não houve reunião este mês. - **Comissão de Orçamento**
188 **e Fundo:** Não houve reunião. - **Comissão de Ética:** A Sra. Juliana diz que a comissão
189 se reuniu para discutir um relatório da Comissão de Inquérito do RH com relação ao
190 processo dos Conselheiros Tutelares; - **Comissão Especial Organizadora do**
191 **Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares:** A Sra. Jennifer diz que será
192 publicada a lista final dos candidatos homologados e posteriormente será realizada a
193 reunião com todos os candidatos para orientações e firmar compromisso e no mês de
194 agosto inicia a parte de campanha dos candidatos, ela diz que será encaminhada
195 então aos Conselheiros a convocação para trabalhar no dia 01/10, ela diz que os
196 locais de votação já foram aprovados pelo Tribunal Eleitoral. A Sra. Maria Inês fala
197 que é importante salientar que essa comissão está trabalhando muito e que ela
198 acredita que num futuro breve esse processo deve ir para a Justiça Eleitoral, que
199 muitos municípios contrataram empresas para realizar esse processo porque os
200 Conselhos não dão conta. - **Comissão de Revisão da Lei e Regimento Interno:** Não
201 houve reunião. - **Comissão do Processo Eleitoral da Sociedade Civil:** A Sra.
202 Heloísa diz que essa gestão se encerra em agosto, que a Sra. Carla já montou um
203 grupo no WhatsApp para as comunicações, que as indicações governamentais são
204 através de ofício e não governamentais é por meio de eleição, então agora é preciso
205 montar um edital para esta eleição. **Item de Pauta E - Relatos dos representantes**
206 **do CMDCA nas Comissões:- Comissão Intersetorial de Convivência Familiar e**
207 **Comunitária:** Não houve reunião este mês. - **Comissão Intersetorial de**
208 **Socioeducação:** A reunião será hoje, mas a Sra. Kaira diz que estão se dedicando
209 ao sétimo encontro, que este ano está agendado no dia 27/10 uma sexta-feira,
210 planejam que este ano inclua não somente os profissionais mas também os

211 adolescentes, e conversaram sobre o fluxo de atendimento inicial ao adolescente que
212 comete um ato infracional sem flagrante, foi criado um fluxo intersetorial que já está
213 homologado pelo poder judiciário e agora estão vendo os desdobramentos, e diz que
214 estão verificando para que o encontro seja realizado com certificação pela escola de
215 governo. - **Comissão Bolsa Agente Cidadania**; não há relato. - **Grupo de Trabalho**
216 **Intersetorial Municipal para Acompanhamento e monitoramento do POM – Plano**
217 **Operativo Municipal**: não há relato. A Sra. Heloísa pede a **inclusão de pauta** para
218 falar sobre os itens que a Vara da Infância encaminhou para o CMDCA, como informe
219 cita que ficou estabelecido que os veículos todas as vezes que chegarem serão
220 encaminhados ao departamento de patrimônio, que tem o setor de frotas, para eles
221 retirarem os veículos e colocarem em leilão, ela diz que foi informada pela delegacia
222 que o Flávio, responsável pelo setor de frotas, já foi retirar os veículos e fazer os
223 encaminhamentos necessários, porém chegaram mais três veículo agora, mas ela
224 diz que em um dos ofícios chegou um climatizador de ar e um televisou 32 polegadas,
225 e por isso precisa decidir se os itens serão devolvidos ou se alguma entidade quer
226 ficar com esses itens, os Conselheiros de manifestam por questionar o estado dos
227 aparelhos, fotos e se pode ir para o serviço público. Quanto aos celulares ela disse
228 que levou na Vara da Infância e não pode devolver porque é preciso manifestar a
229 devolução através de ofício para que seja dado o retorno pelo poder judiciário. A Sra.
230 Heloísa diz também que receberam um ofício da Vara da Infância questionando o
231 motivo da devolução e a mesa diretora respondeu que não era útil para as entidades.
232 **Item de Informes A - Chamamento Público nº 009/2023**: A Sra. Jennifer diz que
233 esse chamamento aconteceu, as entregas dos envelopes foram em maio de 2023,
234 seis entidades se inscreveram, o valor do repasse se aproxima de R\$1.640.000,00,
235 as entidades inscritas foram habilitadas para receber o recurso, ontem houve a
236 divulgação das entidades habilitadas e agora são procedimentos internos da
237 prefeitura, com o jurídico, precisa ser feita a assinatura dos termos de fomento, e a
238 previsão pra assinatura dos termos de fomento é dia 19/07 e convida a todos como
239 uma pré-agenda, agradece a Comissão de Seleção e Análise dos Projetos, houve
240 muito trabalho mas conseguiram realizar, especialmente a Sra. Kaira que é presidente
241 da Comissão. A Sra. Maria Inês diz que quer deixar registrado a demora. A Sra.
242 Jennifer diz que é um processo demorado e ganharam uma semana porque este ano
243 não precisou ir lei para a Câmara. O Sr. Lineu aproveita o momento e de despede dos
244 colegas Conselheiros, os Conselheiros agradecem o trabalho e a dedicação do
245 colega. **Item de Informes B - Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do**

246 **Adolescente:** Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente: O Sr.
247 Alan, conselheiro Tutelar compartilha que havia muito poucos adolescentes, e dá a
248 palavra aos adolescentes que foram delegados pela cidade de Toledo. O adolescente
249 Ryan cumprimenta os presentes, ele diz que as palestras foram incríveis, que viram
250 propostas para maior participação política de adolescente, que aprenderam sobre o
251 CPA e querem apresentar aos CMDCA. Ele diz que CPA significa Comitê de
252 Participação Adolescente e que a ideia é inserir maior participação adolescente na
253 política, para que tenham voz e que é de origem internacional. Ele diz que foram
254 apresentados ao Raul que é presidente do CPA Nacional que é bem estruturado e a
255 nível estadual estão tentando implementar há quatro anos, ele comenta como o
256 CMDCA por exemplo, não tem participação de crianças e adolescentes. Ele diz que o
257 objetivo é implementar o CPA no CMDCA, que será preciso ter uma deliberação do
258 Conselho e eleições para isso, mas que se quiserem ele pode encaminhar a cartilha
259 do CONANDA aos Conselheiros, ele sugere trazerem a deliberação estruturada para
260 votação na próxima reunião ordinária, os conselheiros concordam e autorizam que os
261 adolescentes tragam para apreciação. Os Conselheiros Tutelares Teresinha e Alan
262 apresentam um pouco da sua experiência na Conferência estadual, explicam como
263 foram eleitos os delegados para a conferência nacional e relatam que entenderam que
264 o processo foi justo, que a experiência foi muito boa e que eles se sentem satisfeitos
265 com a participação dos adolescentes do município pois, tiveram voz e suas
266 contribuições foram levadas à conferência nacional, ainda, eles manifestam apoio à
267 criação do CPA pelos adolescentes, os demais Conselheiros também se manifestam
268 favoráveis. **Item de Informes C - Outros informes:** não há. A Sra. Juliana declara a
269 pauta completada, agradece a presença de todos e encerra a reunião. Nada mais
270 havendo a tratar, eu, Jaina Caroline Lunkes, encerro a presente ata, a qual será
271 encaminhada por e-mail aos conselheiros/as pela secretaria executiva dos conselhos,
272 para apontamentos de eventuais retificações, e na próxima reunião ordinária deste
273 conselho a ata será aprovada e assinada pelos presentes.